

Odilon critica proposta do GDF

O deputado Odilon Aires (PMDB) disse ontem que o governo está copiando “mal” o projeto de sua autoria que prevê a cobrança de IPTU de 0,3% do valor venal do imóvel, ainda que ele não possua o “habite-se”. Aires esclarece, no entanto, que o seu projeto ressalta a necessidade do imóvel se encontrar em situação legal. “O GDF não pode cobrar o imposto de alguém que não seja o proprietário”, explicou.

Segundo ele, o governo não pode, por lei, efetuar cobranças de áreas ampliadas e não cobradas nos anos anteriores, como propõe o projeto que está sendo finalizado no

Buriti. De acordo com o projeto de Odilon Aires, que deu entrada na Câmara Legislativa quinta-feira, é sugerida a cobrança de uma taxa de uso das áreas ocupadas e não regulamentadas.

“O pagamento não dá a titularidade. Isso só acontece com a escritura pública”, argumentou o deputado, que classifica o IPTU de “imposto autoritário e milenar, já que é pago por todas as gerações das famílias”. Na opinião do deputado, caso o projeto do governo seja aprovado na Câmara, mais uma vez o seu partido entrará na Justiça para impedir a cobrança, que, segundo ele, é “inconstitucional”.

Anistia - Diante da iniciativa do GDF de atualizar o cadastro imobiliário para posterior cobrança fiscal, o deputado Tadeu Filippelli (PMDB) apresentou projeto anistiando as multas sobre o IPTU. O projeto apresentado quinta-feira à Câmara Legislativa dispõe também sobre a remissão do imposto, visando resguardar o contribuindo da tentativa do GDF de “desesperadamente aumentar o seu caixa a qualquer custo”, disse Filippelli.

O deputado acrescentou que outro projeto seu, prevendo a mesma remissão e anistia de multas do IPTU para condomínios, está em tramitação na Câmara desde 15 de